

O SEQUESTRO DA INDEPENDÊNCIA: UMA RESENHA

Lucas Matheus Araújo Bicalho¹

RESUMO

A presente resenha apresenta *O Sequestro da Independência: Uma História da Construção do Mito do Sete de Setembro*, de Carlos Lima Júnior, Lilia Schwarcz e Lúcia Stumpf. Esta obra investiga a pintura *Independência ou Morte!* de Pedro Américo, analisando como essa obra e outros símbolos foram utilizados para moldar e perpetuar o mito da independência do Brasil. Os autores realizam um inventário detalhado da pintura, desde sua encomenda e recepção até suas apropriações e disputas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Brasil. Independência do Brasil. Nacionalidade. Pintura. Sequestro.

EL SECUESTRO DE LA INDEPENDÊNCIA: UNA RESEÑA

RESUMEN

Esta reseña presenta *O Sequestro da Independência: Uma História da Construção do Mito do Sete de Setembro*, de Carlos Lima Júnior, Lilia Schwarcz y Lúcia Stumpf. Este trabajo investiga el cuadro *Independência ou Morte!* de Pedro Américo, analizando cómo esta obra y otros símbolos fueron utilizados para dar forma y perpetuar el mito de la independencia brasileña. Los autores realizan un inventario detallado del cuadro, desde su encargo y recepción hasta sus apropiaciones y disputas a lo largo del tiempo.

Palabras clave: Brasil. Independencia de Brasil. Nacionalidad. Pintura. Secuestro.

¹Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduado em História - Licenciatura pela mesma instituição. Membro do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF), vinculado ao Departamento de Educação Física e do Desporto (DEFD) e ao PPGH. Também é membro do Centro de Memória do Esporte (CEMESP), também associado à Unimontes.

LIMA JÚNIOR, Carlos; SCHWARCZ, Lilia; STUMPF, Lúcia. **O sequestro da Independência**: uma história da construção do mito de Sete de Setembro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

O Sequestro da Independência: uma história da construção do mito de Sete de Setembro, é mais uma das célebres obras da tríade de pesquisadores, o historiador Carlos Lima Júnior e as antropólogas Lilia Schwarcz e Lúcia Stumpf. Juntos, reuniram para a criação do livro os pilares que criou a partir da pintura *Independência ou Morte*, do pintor brasileiro Pedro Américo (1843-1905). Nesta obra, a qual passou por uma série de modificações, Américo precisou sacrificar a geografia e natureza pelo bem da nação. Em sua primeira obra, ele se debruçou entre a dualidade entre a ficção e a não-ficção na pintura *A Batalha do Avaí*, retratando de modo marcante o episódio da Guerra do Paraguai.

A obra é dividida em seis capítulos: 1) *François-René Moreaux: A independência do Brasil ocorreu na Europa*; 2) *Pedro Américo e a criação de uma pintura que grita!* 3) *A quem pertence o “brado retumbante”? São Paulo e Rio de Janeiro na disputa pelo Centenário da Independência*; 4) *O “Imperador defunto”: Os 150 anos da Independência durante os anos de chumbo na ditadura militar*; 5) *Ecos do Grito: As (re)leituras de um quadro* e 6) *As várias independências do Brasil*.

No primeiro capítulo, os autores se dedicam a apresentar como o evento que simboliza a Independência do Brasil foi moldado em uma narrativa mítica, adquirindo um forte sentido de nacionalidade no imaginário social brasileiro. Neste capítulo, é oferecido ao leitor o contexto histórico do 7 de setembro de 1822, quando Dom Pedro I supostamente declarou a independência do Brasil às margens do Rio Ipiranga. Os autores argumentam que, embora este evento seja frequentemente retratado como um momento decisivo e dramático, na verdade, foi um processo complexo e diversificado, envolvendo negociações políticas, econômicas e sociais (Lima Júnior; Schwarcz; Stumpf, 2022).

Nesse sentido, a obra de José Murilo de Carvalho, *Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, mantém conexões com o livro tratado nesta resenha. Carvalho (2001, p. 10) argumenta que “A República era aí vista dentro de

uma perspectiva mais ampla, que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio da humanidade mitificada”. De maneira análoga à pintura *Independência ou Morte!*, essas representações, segundo Carvalho (2001), contribuíram para criar uma memória coletiva que legitima o regime instaurado, ao buscar um sentimento de pertencimento entre os brasileiros.

O segundo capítulo é dedicado à análise da pintura *Independência ou Morte!* de Pedro Américo e sua representação na construção do mito da independência do Brasil. São abordados a criação e a recepção da pintura dentro do cenário político e social do período. O capítulo também explica a escolha de Pedro Américo e a encomenda da pintura, que visava representar a época de consolidação do Império e os esforços para fortalecer a nacionalidade. Por fim, os autores reforçam o poder simbólico da pintura, que se tornou um instrumento para a propaganda e a reafirmação de uma narrativa nacional com o objetivo de legitimar o regime.

Benedict Anderson, em seu livro *Comunidades Imaginadas*, conceitua a nação como uma comunidade política imaginada, pois é, ao mesmo tempo, limitada e soberana. Nesse sentido, o autor aponta que a nação é “imaginada”, uma vez que seus habitantes não reconhecem pessoalmente os outros indivíduos que a compõem, mas se sentem parte dessa comunidade devido à percepção compartilhada de identidade e pertencimento. No Brasil, essa percepção de identidade e pertencimento é retratada na pintura de Pedro Américo, a qual desempenha a função na manutenção dessa comunidade imaginada brasileira ao construir uma narrativa.

O terceiro capítulo é dedicado à crítica ao papel dos livros didáticos na construção e perpetuação do mito da independência. Os autores argumentam que, ao fomentar uma narrativa monolítica e heroica, os livros didáticos frequentemente ocultam aspectos importantes da história, como os conflitos sociais, políticos e econômicos que permeavam o processo de independência. Nesse sentido, conforme Thaís Nívia Fonseca, “[...] o livro didático, além disso, legitimado como guardião da ‘verdade’ histórica, constitui-se em um lugar de memória privilegiado que, ao alcance de milhões de pessoas, sedimenta uma identidade nacional adequada aos interesses de determinados grupos” (Fonseca, 1999, p. 211). Dessa

forma, o livro didático não é apenas um instrumento de ensino, mas também um objeto que apresenta o passado de maneira seletiva, frequentemente omitindo personagens e eventos históricos.

O quarto capítulo *O Imperador Defunto*, analisa como a imagem de Dom Pedro foi apresentada e manipulada após sua morte, com intuito de fortalecer a narrativa da independência e legitimar o mito nacional. Este capítulo, retrata o contexto da morte de Dom Pedro I em 1834 e a construção de sua imagem após o falecimento, com a exploração da memória deste para promover interesses políticos e ideológicos do período.

Ademais, o capítulo situa o leitor no contexto político e social do Brasil em 1922. Após um período de instabilidade política, a nação buscava consolidar sua identidade nacional e fortalecer sua posição no cenário internacional. Nesse contexto, as comemorações do centenário da independência foram estabelecidas como uma forma de celebrar o nacionalismo e legitimar o regime republicano. Para explicar esses eventos e desdobramentos, os autores utilizaram diversos conteúdos imagéticos, como ilustrações, charges, pinturas e fotografias, que retratam personagens e episódios históricos. De acordo com Athayde, as comemorações ocorridas em 1972 se restringem:

[...] apenas divertimentos, show, discursos, passeatas a caráter com os restos de Pedro I rodando em sua caleça fúnebre [...] e prosseguia: Em 1922, porém não foi apenas uma festa. Foi uma espécie de terremoto estético, cujas consequências perduram e marcarão para sempre nossa história literária e artística, hoje em compasso de espera com os olhos postos, apenas na de algum novo 22 (Athayde, 1972 *apud* Lima Júnior; Schwarcz; Stumpf, 2022, p. 164)

Certamente, o “algum novo” de que Athayde se referia é a Semana de Arte Moderna de 1922, evento memorável no meio artístico que fazia referência as celebrações do Sete de setembro.

O penúltimo e o último capítulo apresenta as diversas interpretações e (re)leituras da pintura *Independência ou Morte!*, satirizando e criticando o momento considerado pela história oficial como heroico, assim como as comemorações do bicentenário da independência em 2022. Eles examinam como o mito da independência foi reinterpretado no contexto contemporâneo, a partir do uso de

simbologias que remetem a um sentimento de nacionalidade. Dito isso, o trio de especialistas analisou as comemorações do bicentenário, utilizando eventos oficiais, exposições e campanhas publicitárias na mídia.

Em 2022, conforme apontado por Lima Júnior, Schwarcz e Stumpf (2022), tudo estava preparado para as comemorações do 7 de setembro. No entanto, Jair Messias Bolsonaro se preparava para ir a dois locais: 1) Brasília (capital do Brasil) e 2) São Paulo (o maior colégio eleitoral do país). Assim, “[...] era a primeira vez que o presidente da Nova República, no período posterior à Constituição de 1988, apoiava abertamente um ato antidemocrático. Na verdade, convocava” (Lima Júnior; Schwarcz; Stumpf, 2022., p. 304)

Nessa ocasião, Jair Bolsonaro, em um tom violento, ameaçou a população com a possibilidade de um golpe militar durante os atos comemorativos. Grande parte da população se vestiu de verde e amarelo, promovendo um sentimento de nacionalidade e legitimidade da identidade nacional, refletido no apoio ao presidente. Assim, a comemoração do 7 de setembro tornou-se, mais uma vez, um mito. O presidente da época trouxe o coração de Dom Pedro I com o intuito de legitimar a narrativa homogênea, sob o lema “Deus - Pátria - Família”, seguido de “Brasil”, evocando a memória do governo militar de 1964.

Em 2022, data do bicentenário da independência do Brasil, a tríade produziu uma pesquisa que reflete o “sequestro da independência” de 1822 se estendendo até os dias hodiernos. Como exige uma pesquisa rigorosa, independente da amplitude do tema ou, aqui, tratando-se de um quadro, objeto de pesquisa que atua como uma metonímia, alcançando os objetivos com justificativas concisas, sobretudo quase se trata das efemérides nacionais e da democracia brasileira que, novamente mergulha em um mar de fogo.

O objeto de estudo proposto pelos pesquisadores emerge a partir da independência brasileira, selecionada pela tríade, é o aclamado quadro *Independência ou Morte!*, pintura que Pedro Américo dedicou todas as suas habilidades criativas ao segundo reinado, ficando pronta somente quando ocorreu a abolição da escravatura e um ano anterior à queda da monarquia, a qual encomendou a pintura.

Com base nas discussões apresentadas em *O Sequestro da Independência: uma história da construção do mito de Sete de Setembro*, observa-se que o trio utilizou uma estratégia eficaz ao analisar as pinturas e revelar camadas de memória associadas a elas. Segundo os pesquisadores, as obras retratam e destacam as disputas e o processo de legitimação do poder que envolve a pintura, oferecendo diversas perspectivas ao longo do tempo.

À vista disso, percebe-se que a pintura é uma metonímia, que contribui significativamente para a construção e o desenvolvimento de legitimação, ideias, valores, símbolos e marcos da identidade brasileira, como o hino da nação, os eventos históricos e, sobretudo os personagens, emblemas centrais da história considerada oficial (Schwarcz, 2024). O livro narra diferentes imagens, assim como ilustrações, moedas, charges de lutas e personagens, que estão de forma enfática, inseridos no imaginário nacional, como D. Pedro II montado em um cavalo na pintura de Américo, às margens do rio Ipiranga. Pinturas assim são indispensáveis para compreender a história do Brasil a partir das imagens. Dessa forma, personagens e figuras que foram invisibilizados ou silenciados nas pinturas relacionadas às lutas pela independência foram resgatados e reunidos nas obras reconstruídas pelos três autores.

A partir da obra, os leitores são conduzidos às Batalhas na Bahia entre 1822 e 1823, e as personagens como Maria Quitéria de Jesus, imortalizada na pintura de Domenico Failutti de 1920. O autor também homenageou Maria Angélica de Jesus, símbolo marcante das guerras de independência comemoradas em 2 de julho nas localidades. Além destas duas, também foram apresentada Maria Felipa, mulher negra que conduziu duzentas mulheres, negras e indígenas, contra as tropas metropolitanas, e Manuel Solene, militante negro que morreu em batalha contra os portugueses, sendo homenageado por Antônio Pereiras em 1930 (Schwarcz, 2024).

Apesar da leitura ser fluída e de fácil compreensão, não é seguido uma linearidade estrita, o que não é um problema para o público-alvo da obra. Assim, por não possuir uma cronologia entre os capítulos, o texto inicia-se com antecedentes da pintura de Pedro Américo, retratando o contexto de consagração em São Paulo e a forte disputa com o Rio de Janeiro (capital oficial da nação) por uma legitimação pelo centenário da independência. Mais à frente, os autores discutem sobre os

efeitos políticos e simbólicos durante a ditadura dos 150 anos da independência, encerrando com o bicentenário sob o governo de 2022. Os capítulos, portanto, foram elaborados em sincronia com a época, isto é, de acordo com a produção das obras.

O título do livro, fato bastante curioso ao se tratar de um “sequestro” é uma ideia de sequestro, trabalhada no sentido de roubar uma cena, um conceito ou uma ideia. No livro, é apresentado como a versão vitoriosa do 7 de setembro de D. Pedro I nas margens do rio Ipiranga. Uma construção que a independência em 1822 foi saudada na capital que era o Rio de Janeiro, a partir da coroação e sagração de Pedro I. Essa versão da independência colocada no 7 de setembro foi um primeiro sequestro, porque, em 1830, quando D. Pedro, já andava muito mal iria “renunciar” em 1831 e acaba lançando o primeiro documento falando do maravilhoso acontecimento às margens do rio Ipiranga. Antes disso, ninguém falava do Ipiranga.

Assim, começa a ser construído o primeiro sequestro da independência, caracterizado por uma versão palaciana e monárquica com o protagonismo de D. Pedro. Com o tempo, surgem outros sequestros, como o de 1972, durante os 150 anos da independência do Brasil, quando a ditadura transformou a comemoração cívica em um desfile militar. O livro também chega ao contexto contemporâneo, abordando o sequestro de 7 de setembro de 2022, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro anunciou um golpe.

Por essas razões, a obra *O Sequestro da Independência* convida o leitor a refletir sobre como o sentido original de uma imagem, personagem ou evento pode ser distorcido, reforçando como uma pintura carrega um sentido forte de artifício. Dessa maneira, a pesquisa apresenta como se remove o sentido original de uma imagem e/ou de um episódio e, “em seu lugar, acumulam, outras interpretações que desrespeitam ou propositalmente desautorizam sua função inicial” (Lima Júnior; Schwarcz; Stumpf, 2022, p. 281)

Em suma, o livro é elaborado com uma linguagem fluida e acessível, mas sem renunciar ao rigor empírico no tratamento das fontes e das descrições detalhadas. A obra critica a história oficial por meio de uma iconologia comentada criticamente, revisitando, de forma contrária à narrativa dominante, a trajetória social

e política do país. Dessa forma, o livro propõe uma nova e necessária narrativa sobre a independência do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas - o imaginário da República do Brasil**. Companhia das Letras, 2001.

FONSECA, Thaís Nívea. O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades. In: **XX Simpósio Nacional de História, 1999, Florianópolis**. História: fronteiras. São Paulo: Associação Nacional de História/Humanitas, 1999. v. 1. p. 203-212.

LIMA JÚNIOR, Carlos; SCHWARCZ, Lilia; STUMPF, Lúcia. **O sequestro da Independência**: uma história da construção do mito de Sete de Setembro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O sequestro da Independência. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 133, p. 13–32, 2022. Acesso em: 21 jul. 2024.

